COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PROJETO DE LEI Nº 1.918, DE 2025

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para prever sancões rigorosas mais por crimes praticados contra idosos ou vulneráveis.

Autor: Deputada DAYANY BITTENCOURT (UNIÃO/CE)

Relator: Deputado SANDERSON (PL/RS)

I. RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada DAYANY BITTENCOURT (UNIÃO/CE), "altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para prever sanções mais rigorosas por crimes praticados contra idosos ou vulneráveis."

A autora do Projeto de Lei nº 1.918/2025, Deputada DAYANY BITTENCOURT (UNIÃO/CE), justifica a proposta com





base no aumento expressivo dos crimes patrimoniais contra pessoas idosas e vulneráveis, especialmente estelionatos e apropriação indevida de rendimentos. Diante da escalada dessas práticas e dos impactos devastadores causados às vítimas muitas vezes dependentes exclusivamente de seus benefícios parlamentar propõe penas mais rigorosas desestimular tais delitos. Cita dados da CGU e da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos para demonstrar a gravidade do problema e defende que o endurecimento da legislação penal é necessário para proteger a dignidade, o bem-estar e a segurança econômica da população idosa, em consonância com os princípios do Estatuto da Pessoa Idosa.

A proposição foi apresentada em 28/04/2025, tendo sido distribuída pela Mesa Diretora em 27/05/2025 às Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD), estando sujeita à apreciação do Plenário em regime de tramitação ordinário (Art. 151, III, RICD).

Em 29/05/2025, o projeto foi recebido na CIDOSO, tendo me sido designada a relatoria em 11/06/2025.

É o relatório.

II. VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 1.918, de 2025, de autoria da Deputada DAYANY BITTENCOURT (UNIÃO/CE), propõe alterações no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal) e na Lei nº 10.741, de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), com o





objetivo de aumentar as penas aplicadas aos crimes de estelionato e de apropriação indevida de bens, quando praticados contra idosos ou pessoas em situação de vulnerabilidade.

As principais modificações são:

- Aumento da pena do crime de estelionato (art. 171 do Código Penal) quando cometido contra idoso ou vulnerável, com majoração de 2/3 ao triplo, considerando a gravidade do resultado;
- Aumento da pena no crime previsto no art. 102 do Estatuto da Pessoa Idosa, que trata da apropriação ou desvio de rendimentos do idoso, elevando a pena de reclusão para o intervalo de 2 a 5 anos, além de multa;
- 3. Efeitos colaterais esperados: vedação ao benefício da suspensão condicional do processo (*sursis* processual) em tais casos.

Distribuída à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, compete a esta comissão pronunciar-se sobre o mérito da proposição.

O envelhecimento da população brasileira é um fenômeno consolidado. Segundo o Censo 2022, o Brasil conta com mais de 22 milhões de pessoas com 65 anos ou mais, muitas das quais enfrentam desafios relacionados à saúde, à mobilidade, ao acesso à informação e à proteção de seus direitos patrimoniais. Essa realidade, somada à crescente sofisticação das fraudes financeiras, torna os idosos alvos preferenciais de criminosos.





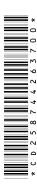
A proposta legislativa ora em análise responde com clareza, rigor e justiça à escalada das práticas de fraude, estelionato e apropriação de bens que afetam milhares de idosos no país. O aumento das penas previsto no projeto, tanto no Código Penal quanto no Estatuto da Pessoa Idosa, tem o condão de:

- Elevar o custo jurídico da conduta criminosa, aumentando o caráter dissuasório da pena;
- Assegurar a proporcionalidade entre o dano causado e a resposta penal do Estado;
- Refletir a especial vulnerabilidade da vítima, princípio fundamental nas políticas públicas de proteção à pessoa idosa.

É especialmente relevante a alteração proposta no artigo 171 do Código Penal. O estelionato é uma das formas mais comuns de violência patrimonial contra idosos, seja por meio de fraudes bancárias, falsas ofertas de crédito, vendas enganosas, ou descontos indevidos em benefícios previdenciários. A Controladoria-Geral da União (CGU) revelou, em 2025, a existência de mais de 6 milhões de aposentados com descontos mensais indevidos em seus benefícios — o que evidencia a dimensão e a gravidade do problema.

Além disso, o projeto se alinha à lógica do Estatuto da Pessoa Idosa, que determina tratamento prioritário, especial e protetivo às pessoas com 60 anos ou mais, inclusive no campo penal. O artigo 4º do Estatuto afirma ser dever de todos — família, comunidade, sociedade e poder público — assegurar à





pessoa idosa a efetivação do direito à dignidade, ao respeito e à segurança.

Outro aspecto importante é a vedação à suspensão condicional do processo, o que evita que crimes patrimoniais graves contra idosos recebam penas brandas ou sejam objeto de acordos que não representam a devida resposta estatal.

Diante do exposto, e considerando a relevância social, jurídica e humana da matéria, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.918, de 2025, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Sala das Comissões, em de de 2025.

Ubiratan **SANDERSON**

Deputado Federal (PL/RS)



